



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO ORDEM PATRIARCAL DE GÊNERO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO**

**Mulheres negras e a divisão racial e binário-generificada do trabalho: uma divisão capitalista do trabalho**

Carolina Alves Leite <sup>1</sup>

**Resumo:**

Este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a trajetória das mulheres negras no trabalho, identificando uma divisão racial e binário-generificada do trabalho e debatendo de que forma podemos pensar conceitos e terminologias que abarquem cada vez melhor as relações sociais e pensem estratégias de mudança social para diminuir a violência patriarcal racista cotidiana e a desigualdade social, de gênero e raça. Utilizou-se do debate teórico formulado por teóricas do feminismo negro, feminismo marxista e feminismo materialista, traçando um ponto em comum que formata a divisão capitalista do trabalho.

**Palavras-chave:** racismo; divisão sexual do trabalho; capitalismo; trabalho.

**Abstract:**

This article aims to reflect on the trajectory of black women at work, identifying a racial and binary-gendered division of work and debating how we can think about concepts and terminologies that increasingly encompass social relations and think about strategies for change, to reduce everyday racist patriarchal violence and social, gender and racial inequality. It used the theoretical debate formulated by theorists of black feminism, Marxist feminism and materialist feminism, outlining a common point that shapes the capitalist division of labor.

**Keywords:** racism; sexual division of labor; capitalism; work.

## 1. INTRODUÇÃO

Durante séculos, os capitalistas adentraram os países subdesenvolvidos e desempenharam uma série de crueldades: as deportações, as sanções corporais, os massacres, o trabalho forçado, a escravidão, a desigualdades de salários, a limitação de direitos, etc. O domínio colonial fez o uso dos mais diversos meios para aumentar suas reservas, suas riquezas e para firmar seu poderio capitalista. Constatar essas práticas faz perceber que a subordinação é um produto histórico e está enraizada em uma organização específica do trabalho, em que os grupos mais fracos são explorados em sua força de

---

<sup>1</sup> Assistente social, doutoranda em Política Social pela Universidade de Brasília - UnB, [alvesleitecarolina@gmail.com](mailto:alvesleitecarolina@gmail.com).



trabalho para a manutenção do poder de grupos privilegiados. Estes grupos são categorizados de forma que são construídos socialmente (Fanon, 2005).

De forma geral, pensando os grupos subordinados e suas manifestações de reação, diferente do colono que respondeu à violência opressora do colonizado com a mesma moeda para se libertar (Fanon, 2005), as mulheres respondem à violência dos homens com denúncias, usando sua voz pelas vias que lhes foram possíveis. A contestação do sistema sexista é uma palavra de ordem, seja nos espaços de luta, de conscientização, na mídia e no âmbito acadêmico. Nesse caminho, de forma distinta, feministas têm considerado o aspecto relacional de que os homens, como parte da sociedade, devem ser incluídos na conscientização e educação para pensar o patriarcado como um sistema de dominação e a partir disso, avançarem na defesa de maior equidade (Hooks, 2018).

Um aspecto importante para se atentar à conscientização se trata da desigualdade do trabalho entre homens e mulheres, uma constante nos trabalhos científicos feministas, preocupadas em denunciar o sexismo que produz cisão entre aquilo que está na esfera pública e produtiva, daquilo que está na esfera privada e reprodutiva. A partir de uma relação social que opera sob o signo da violência, as mulheres trabalham mais que os homens, tanto por precisarem se reafirmar enquanto força de trabalho, como no âmbito doméstico por serem responsabilizadas pelos trabalhos de cuidado.

Segundo Borrillo (2010) a organização da sociedade em função unicamente de dois sexos e no tratamento de cada indivíduo como um homem ou uma mulher constitui um suporte do status e dos papéis em função unicamente do critério sexual. O consenso cognitivo da sociedade de ver a diferença entre os sexos e determinar papéis a partir dela, serviu para tornar natural, na ordem social, a subordinação das mulheres e das pessoas LGBTQIA+. Dessa forma, a dicotomia masculino/feminino é um mecanismo pelo qual determinada situação social contribui para a reprodução da estrutura social e reproduz violências e desigualdades. Junto a isso, a divisão sexual do trabalho que constitui a cisão que distribui de forma diferenciada homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, influencia também as variações no tempo e no espaço dessa distribuição e como esta diferença se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos/gêneros (Hirata; Kergoat, 2008).

Apesar de que o conceito de divisão sexual do trabalho opte por pensar as relações de gênero como “relações sociais de sexo”, o presente artigo se propõe beber da fonte, mas demarcá-lo a partir do uso de gênero como categoria útil de análise e evidenciar raça como fundamento para pensar esta relação. Sem desconsiderar que sexo é uma dimensão importante para pensar as relações sociais, a divisão sexual do trabalho é sobretudo uma questão de gênero. Com isso, defende-se aqui que o uso de gênero consolida maior neutralidade e abrange um leque maior de relações que a binariedade não tem dado conta



(Machado, 2000). Dessa forma, propõe-se uma nova construção teórica da divisão sexual do trabalho, que é uma divisão social, sexual, racial e binário-generificada do trabalho. Assim, as relações sociais de sexo, bem como gênero podem ter uma dimensão central, mas não podem ser tomadas de forma isolada.

Considerando a importância do trabalho acadêmico para o fortalecimento e politização do movimento feminista (Hooks, 2018), este artigo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a trajetória das mulheres negras na divisão capitalista do trabalho, debatendo de que forma podemos pensar conceitos e terminologias que abarquem cada vez melhor as relações sociais e pensem estratégias de mudanças para diminuir a violência patriarcal racista cotidiana e a desigualdade social, de gênero e raça.

## **2. DESPROVIDAS DE GÊNERO: A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NA DIVISÃO RACIAL, BINÁRIO-GENERIFICADA E CAPITALISTA DO TRABALHO**

Pensar que lugar a mulher negra ocupa na divisão sexual do trabalho é considerar que a trajetória trabalhista de mulheres brancas não pode ser equiparada à de mulheres negras. Começando pelo fato de que a mulher branca, por mais explorada que tenha sido, pôde ao menos pleitear por sua própria emancipação; as mulheres negras tiveram que sofrer, lutar e muitas vezes, permanecer em silêncio. Isto, não porque aceitavam passivamente a violência a qual foram submetidas, mas, segundo hooks (2020), porque a socialização sexista e racista fez efetivamente uma lavagem cerebral nas mulheres negras para que sentissem que não valia a pena lutar pelos seus interesses, para que acreditassem que a única opção possível era a submissão.

Antes das mulheres brancas, as mulheres negras tiveram que vivenciar uma sociedade patriarcal que demandava a elas não somente aceitarem um status inferior, como também que participassem ativamente da força de trabalho. Tratadas como “sujeito ideal para a escravização”, mulheres negras passaram a ser valorizadas como mercadorias pois eram menor ameaça de reação contra violências brancas, se tornando assim um alvo do senhor de escravos que exercia sobre elas, poder absoluto (Hooks, 2020).

A postura dos senhores em relação às mulheres era de conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea. O aspecto essencial lembrado era o de sexo, não de gênero. A exemplo de sua capacidade reprodutiva que



passou a ser valorizada, sendo as escravizadas tratadas como instrumentos que garantiam a ampliação da força escrava, meras reprodutoras (Davis, 2016).

Além de tudo, as mulheres negras escravizadas tinham suas condições reprodutivas negligenciadas, contraíam gravidez e não tinham acesso aos devidos cuidados de saúde. O trabalho reprodutivo era opressor, as mulheres ficavam subnutridas, sobrecarregadas e adoecidas, sendo vítimas de abortos espontâneos e mortes. A relação da mulher negra com o trabalho já se inicia situada em experiências extremamente traumáticas, com sua dignidade humana destruída. Como as mulheres eram submetidas às tarefas domésticas, elas eram também mais violentadas no espaço privado da casa grande, pois realizavam trabalhos intimamente mais próximos das famílias brancas. Ao mesmo tempo em que também eram exploradas como trabalhadoras do campo, como reprodutoras e como objeto para o assédio sexual do homem branco (Davis, 2016; Gonzalez, 2018; Hooks, 2020).

Enquanto a masculinidade (do branco e do negro) foi construída a partir de um afastamento de tudo que remetia ao feminino, a feminilidade das mulheres brancas esteve relacionada à docilidade, fragilidade, domesticidade e amor materno. Já as mulheres negras eram forçadas a assumir um papel “masculino” no que dizia respeito aos seus desempenhos como trabalhadoras. Elas realizavam as mesmas tarefas que os homens negros nas plantações, às vezes, trabalhavam mais para fugir da punição, que para além dos castigos físicos, para elas, consistia também em violência sexual. Também desempenhavam trabalhos domésticos na casa grande e em suas próprias casas e exerciam tarefa de doação de força moral para seu povo no cativeiro/senzalas. Exerciam, portanto, um trabalho de cuidado como resistência à barbárie (Davis, 2016; Gonzalez, 2018; Hooks, 2020).

Além de tudo, a mulher negra era explorada por seu trabalho reprodutivo, como denuncia Hartman (2022):

Forçado a trabalhar para a “satisfação das necessidades imediatas” de seus donos e feitores, seja lá como essas necessidades fossem definidas, o corpo da mulher cativa era submetido a inúmeros usos. Podia ser convertido em dinheiro, especulado e trocado como mercadoria, forçado a trabalhar até a morte, roubado, torturado, inseminado e propagado como qualquer outro cultivo, ou assassinado. O valor produzido por mulheres escravizadas, ou extraído delas, incluía o trabalho produtivo – como trabalhadoras rurais, colhedoras de algodão, manufatureiras de tabaco e cultivadoras de arroz – e suas capacidades reprodutivas criavam um “crescimento futuro” para fazendas e *plantations* e mercadorias humanas para o mercado, conectando as prospectivas da escravidão racial aos seus corpos. Até não nascidas faziam parte do cálculo reprodutivo da instituição. O trabalho do sexo e da procriação era o motor principal para reproduzir as relações materiais, sociais e simbólicas da escravidão. O valor acumulado por meio do trabalho reprodutivo era brutalmente aparente para escravizadas que protestavam amargamente contra serem criadas como gado e rebanho. Esse trabalho reprodutivo não só garantia a escravidão como um processo institucional e assegurava o status de escravizadas, mas também inaugurava um regime de sexualidade racializada que continua a colocar corpos negros sob o risco de abuso e exploração sexual, violência gratuita, encarceramento, pobreza, morte prematura e assassinato sancionado pelo estado. (Hartman, 2022, p. 132-133).



A mulher negra não tinha gênero, mas era constantemente lembrada que tinha sexo e seu sexo serviria para colocá-la em espaços de subalternidade, principalmente quando se tratava de trabalho. Aqui considerando reprodução como trabalho, os usos de poder, dominação e produção da escravidão desfizeram as mulheres negras escravizadas como sujeitas genericadas e ao mesmo tempo, revelaram a primazia do gênero e da diferenciação sexual na invenção da pessoa escravizada. Reduzida ao corpo e ao sexo, a reprodução da mulher negra visava a criação de mercadorias humanas a serviço do mercado capitalista e da escravidão.

A habilidade das mulheres negras de lidar com papéis definidos de forma sexista como “masculinos” dissolvia seu gênero e ameaçava os mitos patriarcais sobre a natureza frágil da mulher. Ao mesmo tempo em que o poderio branco masculino forçava mulheres negras a exercerem o mesmo trabalho pesado dos escravizados homens, os patriarcas brancos contradiziam suas ideias sexistas de que estas seriam inferiores. A partir desta contradição, as mulheres negras representavam uma ameaça ao patriarcado existente, pois embora extremamente violentadas, não sucumbiam à divisão sexual do trabalho tradicionalmente configurada pelas normas patriarcais.

As mulheres negras assumiam bem mais um papel independente na força de trabalho e na família e eram consideradas inadequadas por isso. Embora o salário dos homens seja um produto que disciplinou a classe trabalhadora e empurrou mulheres para a esfera do trabalho reprodutivo, fazendo com que estas se tornassem dependentes dos homens (Federici, 2021), eles resistiram a essa institucionalização, pois em vez de exímios provedores, foram ensinados a esperar recompensas por suas provisões, o que desmente a construção de que o ato de prover seja um sentimento nato masculino (Hooks, 2020).

Além disso, a socialização sexista faz com que os homens se recusem mais a exercer um trabalho subalterno, mesmo quando não têm como prover a família, ao contrário das mulheres que são mais dispostas a se submeterem a condições precárias de trabalho para sobreviver, pois priorizam a família e a necessidade de cuidar e alimentar os/as filhos/as. Isto cabe principalmente à mulher pobre e negra, pois a mulher branca cisheterossexual tem mais possibilidade de ficar à mercê do salário do cônjuge e dos recursos familiares, procurando empregos menos desgastantes com menor carga horária, mas pela mesma motivação de priorizarem o cuidado com os/as filhos/as.

Apesar de algumas diferenças, a divisão sexual do trabalho que se constituía na população negra escravizada tem similaridades com a que se dá na norma branca, tanto homens negros como mulheres negras assimilaram os valores e costumes brancos. O casamento na subcultura negra escravizada tentava seguir as normas patriarcais em que as mulheres faziam o trabalho doméstico e os homens deveriam sustentar a casa. Mulheres negras escravizadas obedeciam a padrões de papéis sexuais existentes que garantiam aos



homens, melhor *status* social e, elas acreditavam ser natural que mulheres fossem subservientes aos homens (Hooks, 2020).

Mesmo que a mulher negra desempenhasse as mesmas tarefas no setor agrícola que os homens, segundo bell hooks (2020), ela não adquiria nenhum prestígio na ordem patriarcal, mas a desafiava por não se formatar a partir dela. Pois os brancos concediam aos homens negros um status mais elevado que o da mulher escravizada. O que se pode corroborar que havia uma divisão sexual do trabalho entre a população negra escravizada que foi assimilada pelos/as negros/as a partir do exemplo nocivo dos/as brancos/as.

Para Angela Davis (2016), quando as mulheres negras realizavam o trabalho doméstico no âmbito de seus próprios lares, elas estabeleciam bases para algum nível de autonomia do povo negro, delas próprias e de seus companheiros, mesmo que elas sofressem com uma opressão singular por serem mulheres, elas impulsionavam o centro da comunidade escrava pois desempenhavam o único trabalho que não era reivindicado pelos/as opressores/as. O trabalho doméstico da mulher negra era o único trabalho que fazia sentido para a população escravizada.

Percebendo este caráter especial do trabalho doméstico durante a escravatura como central tanto para homens como para mulheres, Davis (2016) afirma que essa divisão sexual do trabalho doméstico da população escravizada não parecia ser hierárquica e nem sempre rigorosa para o povo negro pois as tarefas dos homens não eram superiores e muito menos inferiores ao trabalho desempenhado pelas mulheres. Eram ambos igualmente necessários.

Já bell hooks (2020) diz que pessoas negras aceitaram as definições patriarcais de uma divisão sexual do trabalho e, portanto, havia uma desigualdade discrepante na família. Homens negros acreditavam que era sua obrigação prover o bem-estar econômico da família, e tinham ressentimento, porque o sistema de escravidão não lhes permitia esse papel. Ao mesmo tempo, mulheres negras ansiavam por serem tratadas com a mesma consideração que mulheres brancas, pois elas gostariam de ser sustentadas enquanto permaneciam no lar, criando os/as filhos/as e obedecendo a vontade do marido.

Considerando o ponto de vista de ambas as intelectuais negras, é certo que, a divisão sexual do trabalho concebida pela hierarquia patriarcal e centrada no poderio do homem branco, é diferente da que ocorre no espaço doméstico da família negra, mas as contradições não deixam de existir. Seja no espaço máximo de subserviência, como sujeita ideal da escravidão, sejam nos espaços de resistência micropolíticos, as mulheres negras ocuparam um subespaço na divisão capitalista do trabalho.

A trajetória distinta no mundo do trabalho fez com que o desenvolvimento da consciência feminista para mulheres negras fosse diferente do que a história comum do feminismo branco geralmente conta, pois, muitos fatores contribuíram para não haver o desenvolvimento de uma consciência sobre seu lugar de sujeição. Primeiro, por serem



escravizadas eram forçadas a trabalhar, e não só trabalhar como também a fazer trabalhos considerados masculinos, também, existiam independentemente da proteção e provisão masculina. O processo de reconhecimento das mulheres negras sobre seu lugar no mundo se deu, primeiro com o ressentimento por não terem sua mulheridade reconhecida, por não receberem os privilégios das mulheres brancas.

bell hooks extrai da experiência opressora e exploradora das mulheres negras, um ponto que as colocou em outro lugar social:

A maioria das mulheres negras não teve oportunidade de se satisfazer na dependência parasitária de homens, como é esperado de mulheres e incentivado pela sociedade patriarcal. A instituição da escravidão forçou a mulher negra a se livrar de qualquer dependência da figura do homem que anteriormente tivesse e a obrigou a lutar por sua sobrevivência individual (Hooks, 2020, pag. 139).

Davis (2016), também reforça que houve uma autonomia ímpar, mas deu outra conotação ao processo de conscientização das mulheres negras, ao afirmar que mulheres escravizadas passaram para as mulheres contemporâneas um legado de trabalho pesado, perseverança, tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual - que fala das bases de uma nova natureza feminina. As mulheres negras adquiriram qualidades consideradas tabus pela ideologia do século XIX sobre a natureza feminina e eram conscientes do seu poder e da sua capacidade de produzir e criar.

Diferente da acepção um tanto mais dura de hooks (2020), que afirma estarem as mulheres negras mais preocupadas em serem protegidas pelos homens como antes nunca foram, para Davis (2016), a mulheres negras aprenderam em extrair das circunstâncias opressivas das suas vidas, a força que precisavam para resistir diariamente à desumanização da escravidão. A sua consciência da sua capacidade sem fim para o trabalho duro pode-lhes ter comunicado a confiança na sua capacidade para lutar por si mesmas, pelas suas famílias e pelo seu povo.

Em se tratando da capacidade de resistência contra a escravidão, para hooks (2020) a submissão passiva por parte das mulheres negras escravizadas referente ao racismo não pode ser vista como cumplicidade. Qualquer demonstração de resistência por parte delas aumentava a determinação de proprietários brancos ávidos a demonstrar poder. Gonzalez (2018) também destaca que precisamos levar em consideração a variação das formas de resistência das pessoas escravizadas, sobretudo da mulher negra.

Da mesma forma, Bairros (1995) defende que a marginalidade peculiar em que vive a mulher negra não pode ser interpretada como subordinação, na verdade, estimula um ponto de vista distinto das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante. Contudo, quando se trata da relação que as mulheres negras tinham com o sexismo, hooks (2020) as chama de cúmplices pois aceitaram o papel da mulher conforme definido pelo



patriarcado. Então, o processo de consciência feminista, de raça e de classe da mulher negra, é, portanto, bastante complexo e contraditório e não pode ser considerado sem entender seus fundamentos e suas bases históricas. Mas ainda assim, as mulheres negras também usaram sua voz para denunciar a violência e a subordinação a qual foram submetidas, ainda mais quanto ao trabalho.

Esse processo contraditório de consciência das mulheres negras foi bastante enviesado pelos estereótipos criados em torno do trabalho de cuidado que desempenharam ao longo dos tempos. A estratégia de naturalizar o âmbito doméstico como lugar da mulher e de forma ainda mais subserviente, o lugar da mulher negra, teve o intuito de apagá-la e silenciá-la da vida política para seguir com a exploração consistente de sua força de trabalho. O rótulo de matriarca era romantizado para colocar as mulheres negras no papel de boa mãe, provedora da casa, responsável primordial pela família. Este estereótipo foi acionado por homens negros como arma psicológica para justificar suas demandas para que mulheres negras assumissem um papel mais passivo e subserviente (Hooks, 2020).

Da mesma forma, o mito da mulher negra como cuidadora ideal foi criado por pessoas brancas para que pudessem tolerar a imagem apagada da mulheridade negra. O estereótipo de “Mãe Preta” é representado com afeição porque resume a definitiva visão sexista do ideal da mulheridade negra, de submissão total ao desejo dos/as brancos/as. Esta foi explorada na mídia como exemplo de integração e harmonia racial, supostamente existentes no Brasil. Ao mesmo tempo em que a mulher negra foi apagada como responsável pela africanização da cultura brasileira (Gonzalez, 2018).

Da mesma forma que a escravizada negra era a sujeita ideal da escravidão, a cuidadora passiva era o sujeito ideal da exploração. A Mãe Preta idealizada pelos/as brancos/as não é uma ameaça à ordem patriarcal branca pois ela dava tudo que tinha, se dedicava afetuosamente à família branca e reconhecia sua inferioridade em relação aos/às brancos/às. Essa idealização da mulher negra que detém afeição pelas pessoas por quem desempenhava cuidado, é base da exploração das mulheres na divisão sexual e binário-generificada do trabalho e em se tratando de mulheres negras, primordial na divisão racial do trabalho. O aspecto de seu trabalho que requer uma dedicação emocional, que não pode ser mecanizada, denota a dimensão sob a qual o trabalho reprodutivo da mulher negra não é remunerado e é apropriado pelos interesses do capital, o que revela a continuidade da discriminação de raça na posição social das mulheres.

No debate político, os feminismos liberais se utilizam do trabalho de cuidado das mulheres negras para que mulheres brancas possam exercer atividades na vida pública e ascender socialmente. Além de que, as mulheres negras se veem obrigadas a negligenciar sua própria família para amparar as famílias brancas. A acentuação das clivagens entre mulheres recorre à delegação na divisão sexual do trabalho, acordo que se torna uma opção





devido ao antagonismo entre responsabilidades familiares e profissionais das mulheres brancas (Hirata; Kergoat, 2008).

Aprofundando a intersecção entre as opressões, diante da jornada intensiva e extensiva de trabalho das mulheres e do não reconhecimento e desvalorização do trabalho doméstico e reprodutivo, a liberdade de classe de mulheres de todas as raças exigiu a subordinação sustentada das trabalhadoras pobres. Por isso, na busca por adquirirem maior status e poder de classe, as mulheres de classe média passaram a delegar os trabalhos de cuidados para mulheres pobres, que são expressivamente negras, principalmente no Brasil.

Como consequência ideológica do capitalismo industrial, a formação da noção de inferioridade feminina se sustentou, e diante dos mitos que foram construídos em torno das mulheres negras, para elas foi reservado o lugar de subordinação presente no âmbito doméstico, o qual nunca foi considerado trabalho devidamente. As tarefas domésticas se encolheram debaixo da considerada grandeza da industrialização, ignora-se que as mulheres são trabalhadoras produtivas dentro da economia doméstica. Devido as heranças escravagistas e os estereótipos, quando a mulher negra se torna trabalhadora “livre”, ela continua a desempenhar funções análogas à escravidão. Enquanto mãe e companheira, continua sozinha, trabalhando em dobro, sustentando os/as filhos/as e muitas vezes vivendo o luto da violência estatal que aniquila seus/suas familiares (Gonzalez, 2018; Davis, 2016).

A opressão econômica das mulheres tem forte componente da escravatura. Racismo e sexismo frequentemente convergem para a desvalorização do trabalho doméstico frente a exploração capitalista, é o que diz Angela Davis:

Como o trabalho de casa não gerava lucro, o trabalho doméstico era naturalmente uma forma de trabalho inferior comparado com o trabalho capitalista. A reavaliação da produção econômica revelou – para além da separação física da casa e fábrica - uma separação fundamentalmente estruturada entre a economia doméstica e a orientação para o lucro na economia capitalista. Desde que o trabalho de casa não gerasse ganho, o trabalho doméstico era naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho se comparado com o salário capitalista do trabalho (Davis, 2016, p. 162).

Assim como as mulheres escravizadas que foram estereotipadas, o que se espera das trabalhadoras domésticas é que cuidem do bem estar dos/as outros/as e que até desenvolvam laços afetivos com os que dela necessitam, sem deixarem de ser trabalhadoras economicamente exploradas, alheias ao local onde trabalham. Na maioria dos contextos, as mulheres assalariadas negras do serviço doméstico são chamadas para substituir esposas e mães nas casas de pessoas brancas. Portanto, a exploração do trabalho doméstico seja ele remunerado ou não, possui uma dimensão afetiva que não pode ser deslocada para o âmbito industrial (Bairros, 1995; Davis, 2016; Federici, 2021).



### 3. CONCLUSÃO

Com a abolição da escravatura e a ascensão do chamado trabalho assalariado, ocorre uma reconfiguração das opressões (de classe, sexo e raça). Este processo significa a seleção de artifícios sexuais, binário-generificados, raciais e de classe para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar os/as membros/as da sociedade de acordo com as necessidades do modo de produção capitalista e as conveniências do sistema produtivo de bens e serviços. Diante disso, a pobreza se torna uma questão feminina avassaladora.

Ao mesmo tempo, as tentativas patriarcais capitalistas de supremacia branca para diminuir os gastos sociais privam mulheres pobres do acesso às necessidades mais básicas da vida. É por isso que é imprescindível que se reflita sobre classe de forma heterogênea, como algo que vai além das relações de produção, para pensar nas formas particulares de exploração de cada grupo e entender como isso atende diretamente aos interesses dominantes. Tanto o racismo como o sexismo são elementos fundamentais (não são apenas “recortes”) para desvelarmos os instrumentos da dominação, opressão e exploração de classe em geral.

Tanto o trabalho não remunerado das mulheres em geral como a exploração de mulheres negras nos trabalhos domésticos mal remunerados, produzem a força de trabalho à disposição para o mercado capitalista. O trabalho doméstico e de cuidado serve à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais. É o trabalho vivo que produz vida para as fábricas, escolas, escritórios, universidades, entre outros, e a sua falta de reconhecimento e valorização como trabalho produtivo elucida sua função na divisão racial e binário-generificada do trabalho, para definir da melhor forma quais as reais demandas das mulheres.

### REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. *In: Revista Estudos Feministas*. Nº2\95. vol.3. 1995

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Os Condenados da terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2005. Caps. 1 e 2 (pags 1 a 120).



GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Filhos da África, 2018

HIRATA, Helena, KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão. *In*: Costa A.O., Sorj B, Bruschini C, et al., organizadoras. **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV; 2008. p. 264-278.

\_\_\_\_\_. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *In*: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. dez. 2007.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod\\_resource/content/1/bell\\_hooks\\_O\\_feminismo\\_%C3%A9\\_para\\_todo\\_mundo\\_Pol%C3%ADticas\\_arrebatadoras%20%282%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6969603/mod_resource/content/1/bell_hooks_O_feminismo_%C3%A9_para_todo_mundo_Pol%C3%ADticas_arrebatadoras%20%282%29.pdf). Acesso em: 18 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **E eu não sou eu uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? *In*: **Série Antropológica**, n. 284, Brasília, 2000, 20pags.